

A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira

Doutoranda em Geografia, Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente

Professora da UNEMAT – Campus Cáceres. lisanil @ig.com.br

Bolsista CAPES – Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Introdução

Esta pesquisa busca explicações para os mitos da questão agrária que emergiu no Brasil nas últimas décadas, referente as categorias agricultura familiar e a agricultura camponesa. A agricultura familiar tem sido promovida como o véies para o desenvolvimento das famílias agricultoras, num processo de modernização e entrada no mercado. Pesquisadores brasileiros buscaram auxílio em experiências de cientistas pesquisadores contemporâneos, da Europa e Estados Unidos para defender sua teoria de modernização, mecanização e capitalização do produtor familiar brasileiro. Assim, a agricultura familiar, se tornou o berço e cemitério do campesinato. Pois, a política do Estado de direciona-lo ao mercado o torna um mero objeto.

A figura do camponês tem despertado nos círculos de estudiosos, ponderável interesse com expressivas contribuições analíticas de cunho teórico e empírico. Apesar dos progressos verificados quanto à compreensão da natureza de sua economia e sua subordinação formal ao capital, bem como a sua (re) criação por este mesmo capital, entendendo esta relação não como resquício feudal, mas com uma suposta autonomia estrutural.

Diante disso, no Brasil, difundiu-se a ideologia da agricultura familiar, sobretudo no governo de FHC e hoje no governo Lula, através de políticas públicas que endossam o paradigma de que a categoria camponesa foi aniquilada pelo capital e que a agricultura familiar é a categoria capaz de produzir para o mercado dentro do modelo neoliberal. Mas, na verdade o camponês representa um empecilho para o mercado, uma vez que traz consigo os ideais da luta pela terra e a busca da construção de uma sociedade diferente. Este é parte do estudo

que esta sendo desenvolvido e que deverá sustentar nossa Tese de Doutorado em Geografia. Bem como faz parte da pesquisa que desenvolvemos no NERA (Núcleo de Estudos, e Projetos de Reforma Agrária) - UNESP.

1 - A questão agrária (um paradigma?)

A questão agrária tomou visibilidade de forma tardia, mas hoje ela não é mais só agrária ela é institucional e cíclica. E é uma questão para o desenvolvimento capitalista. Para Martins, só a Reforma agrária não basta é preciso que se resolva a questão agrária que esta ligada ao aspecto social e política da reforma. Para o autor a CPT e o MST e intelectuais de esquerda querem reinventar a reforma agrária se esquecendo da questão agrária. Pois é simplificar demais a questão agrária, imaginar que a reforma agrária só pode ser resolvida através da luta pela terra. Para o autor o sujeito da Reforma agrária é a agricultura familiar. Para este autor os grupos de mediação da Reforma Agrária, concebem a questão agrária de uma forma muito tardia, como se fosse eminentemente uma questão estrutural e histórica.

Em nota de rodapé o autor argumenta que “convém ter em conta que para questionar legitimidades e afirmar a própria suposta legitimidade, é necessário ganhar eleições majoritariamente e com margem suficiente para propor alterações radicais na ordem legal e política” (2000, p. 100).

A questão do trabalho escravo/livre e a questão agrária são temas pendentes no Brasil. Pois é inviável discutir a questão agrária hoje sem retornar ao passado de escravidão.

Anteriormente Martins (1999), chamou a aliança entre o capital e a propriedade privada da terra no Brasil, como uma aliança do atraso. E neste mais recente livro o mesmo autor justifica a conjuntura emergente e a necessidade da propriedade privada da terra e do contrato social entre patrão e empregado.

A questão agrária é um problema suprapartidário resultado da inoperância de como foi resolvida a abolição da escravidão. “Porque envolve questões que

não são “propriedade privada” nem do governo nem dos partidos que lhes fazem oposição. Nem dos grupos que se julgam no direito de monopolizar politicamente esse drama nacional” (2000, p. 13).

Dizer que a forma como os agentes de intermediação são oportunistas e nos afasta da democracia. É um ponto a ser desconstruído. Pois, o que este autor pretende, que os agentes de intermediação, espere a Reforma agrária de braços cruzados. E mais que desta forma estamos honrando a nossa nação, a nossa pátria.

No século XVIII, sob a influência da revolução norte americana e a francesa, *Pátria* passou a significar o território que tem como senhor o povo organizado como um estado Independente. O Brasil, até o século passado era tido como um país essencialmente agrário, um país colonial articulado ao capitalismo mercantil inserido no modo de produção capitalista, que seguia normas e regras imposta pela metrópole pois era uma colônia de exploração e não uma colônia de povoamento como foi os Estados Unidos.

O índio tanto nos Estados Unidos como no Brasil foram literalmente massacrados e aculturados e no caso do Brasil foram reduzidos a atualmente a parques Indígenas. Nos Estados Unidos, o reverendo John Eliot, foi a única pessoa a apontar o índio como uma alma a ser salva. Porém a grande maioria via o índio como um ser diabólico, filho do demônio que não servia a ninguém a não ser ao diabo.

No século XIX, teve início no Brasil o cultivo e a exportação do café. E para desenvolver este trabalho, o país passou a importar mão-de-obra escrava da África da ilha da Madeira e nos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde, que eram vendidos aos colonos portugueses e integrados a economia de exportação. Na verdade o tráfico de escravos para o Brasil durou três séculos e só acabou em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico de escravos, acompanhando a conjuntura internacional que vivia a Revolução Industrial na Inglaterra, nesse sentido o trabalho livre e a categoria salário contribuiria com a circulação de mercadorias.

O tráfico de negros para o Brasil demorou tanto tempo, por que era um negócio muito lucrativo, e os negros eram tão maltratados que o número de óbitos era maior que o de nascimento. É descabida a dificuldade para se compreender o momento presente e aceitar que os excluídos, façam parte do contrato social vigente.

A discussão teórica em torno do camponês

As leituras que respaldam este estudo são as obras seminais da questão agrária, quais sejam: “A questão agrária”, de Karl Kautsky, “O desenvolvimento do capitalismo”, na Rússia de Lênin sendo esta uma obra que ainda hoje continua influenciando muitos pensadores principalmente no Brasil.

Pensadores a exemplo de Veiga (1991,1994) e Abramovay (1998), são enfáticos ao afirmar que o campesinato é uma categoria, que foi destruída pelo capitalismo e difundiram no Brasil um Paradigma da questão agrária, impondo à sociedade a categoria Agricultura Familiar que não traz consigo nenhum compromisso social e teórico, ao contrário da categoria camponesa, conforme aponta Neves (2001) e Fernandes (2003).

Ricardo Abramovay (1998), em sua obra “Paradigmas do capitalismo agrário”, se utiliza do método estruturalista, tendo como objeto de análise o campesinato, reproduzindo em sua obra, a visão desta categoria como um saco de batatas como apontou Marx (1997), resgatando assim, teorias marxistas clássicas e neoclássicas buscando contrapô-las com a realidade atual em que se encontra a produção no campo objetivando a comprovação de que o conceito “camponês” não cabe mais para a nossa sociedade e que, portanto é um conceito arcaico. No entanto, há que se destacar que o campesinato não é uma classe proletária e sim, uma classe independente na economia capitalista. A leitura do livro de Marx (1997), O dezoito Brumário de Luís Bonaparte, onde ele chama os camponeses de saco de batatas, levou muitos estudiosos a absolutização das idéias, apontando que Marx não reconhecia o camponês, ou que este autor não escreveu sobre os camponeses, mas ainda, não fazendo a leitura histórica e o

momento em que Marx escreveu isto. Tudo isso, expõe conflitos nos métodos de interpretação. Abramovay (1998), promove a agricultura familiar como o viés para o desenvolvimento das famílias agricultoras, num processo de modernização e entrada no mercado. Para tanto busca auxílio em experiências de cientistas pesquisadores contemporâneos da Europa e Estados Unidos para defender sua teoria de modernização, mecanização e capitalização do produtor familiar brasileiro.

Assim, a agricultura familiar é o berço e cemitério do campesinato, pois a política do Estado de direcioná-lo ao mercado o torna um mero objeto. Este autor representa uma nova forma de ver a agricultura familiar “acrítica”. O paradigma se opõe a questão agrária. E está norteada pelo pensamento de Kautsky (1986), que é herdeiro testamentário de Marx, sua obra é do final do século XIX e apresenta os principais elementos que compõe a questão agrária. Kautsky (1986), aponta que a questão agrária só tem jeito no socialismo. Já Chayanov (1974) vai por outra linha de pensamento defendendo a existência do camponês e diverge assim de Kautsky e Lênin, que tornou-se ministro da agricultura de Lênin até 1929, e foi fuzilado por Stálin.

Já a “La classe incómoda Sociologia política del campesinato en una sociedade en desarrollo” (Rússia 1910-1923) de Shanin e “La organizacion de la unidad econômica campesina” de Chayanov da primeira década do século XX, nos remete para uma outra abordagem da manutenção do campesinato. Chayanov, diferente de Lênin era um agrônomo que conhecia o campo e fazia parte da escola “organização da produção” e estava do lado dos camponeses o que lhe custou a vida. A obra de Shanin (1983), já é mais recente é da década de 1960 e foi publicada em 1972 e também corrobora com a recriação do campesinato no campo. E é nestes pensadores que embasaremos nossa tese para tentar provar que o campesinato não acabou, mas sim metamorfoseou no que estão chamando de Agricultura familiar.

A apropriação da terra no Brasil e as ideologias emergentes

A apropriação da terra no Brasil, desde a sua colonização passando pelo período Imperial e hoje a República tem sido ocupado por camponeses. Assim, o polêmico debate ainda do final do século XIX, quando Lênin e Kautsky, previram a destruição do campesinato pelo capital, é passível de ser contestado, mas no Brasil isto tem sido colocado como um paradigma. E para corroborar com este paradigma no Brasil, muitos pesquisadores a exemplo de Abramovay (1998), e o próprio Governo Federal, sobretudo o de FHC, direcionaram as ações no campo a agricultura familiar. Assim, as políticas públicas voltadas a este setor vigentes no país, ainda no ano de 2004, e isso podem ser constatado através dos site governamentais que tratam da questão agrária no país, estão voltados à agricultura familiar. E este paradigma é difundido no país através de uma ideologia que a agricultura familiar são todos os pequenos produtores que estão no campo hoje. Em Mato Grosso, por exemplo, o único Município administrado pelo PT, tem suas políticas públicas voltada para a agricultura familiar sustentável.

Neves, afirma que o conceito de Agricultura Familiar se consolidou muito rápido sem grandes debates, assim, as vozes que continuam a se levantar em prol do campesinato, são consideradas como ultrapassada. Porém, esta autora, discorda desses pesquisadores ao afirmar que esse “acordo consensual produz desdobramentos esterilizadores na academia” (2001, p.02), diferente do compromisso social que o campesinato traz consigo, a agricultura familiar foi imposto a sociedade dentro do modelo Neoliberal da economia de mercado. E que tem hoje no agronegócio uma mola propulsora, e como aponta Oliveira (2003, p. 01),

“Os integrantes do mundo do agronegócio que continuam a pedir o fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, para que a produção mundializada da agricultura brasileira chegue ao mercado mundial”. Assim, a agricultura camponesa não só fica a margem deste processo, como o próprio governo cria mecanismo para que ela esteja de alguma forma inserida no mercado que é a agricultura familiar, por que ela vai produzir o que não compensa para os grandes

fazê-lo. E nesse sentido ainda, “insistem também, na recusa em aceitar a reforma agrária como caminho, igualmente moderno, para dar acesso a terra aos camponeses que querem produzir e viver no campo” Oliveira (2003, p.01). O que permite isto é a contradição do capital, assim é possível afirmar que o camponês também está inserido neste modo de produção.

Assim, o campesinato também representa ao mercado, um estorvo como aponta Fernandes, mas também a possibilidade da construção de uma sociedade diferente, “a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalista de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária” Fernandes (2003 p.08). Nesse sentido, Neves “não reconhece a agricultura familiar como um conceito teórico por estar atrelada a falta de compromisso teórico e metodológico que a academia deve ter ao elaborar um pensamento” (2001, p.01). Isso nos faz acreditar que o debate sobre o campesinato ainda hoje está posto no Brasil e diante disso, a sua discussão pela academia é uma função social da Universidade Pública para com a sociedade e trabalhadores/as rurais que lutam não só pela terra mas também por uma sociedade onde haja menos desigualdade social e onde todas as famílias brasileiras não tenha só comida mas dignidade social.

Lamarche (1998), é outro pensador que defende a idéia da agricultura familiar, porém reconhece a existência da agricultura camponesa de forma mais autônoma do mercado e mais empobrecida. A agricultura familiar se define para este autor pela forma como se organiza e pela sua integração à economia de mercado. Definindo assim, a sua existência a sua capacidade de gerir “o apego a seus valores tradicionais, o projeto que ele tem para si próprio e para sua família e as limitações ligadas a seu ambiente imediato (meio natural, condições econômicas, sociais e políticas)”. (1998, p. 62).

Dentro do projeto familiar, Lamarche (1998), define estes aspectos como mais importante: a terra, o trabalho e a reprodução familiar. O aspecto integração ao mercado, remete o autor a dependência tecnológica. As técnicas utilizadas, variam de país para país ou de realidades diferentes. Mas, “alguns produtores

fazem regularmente silagem, utilizam essencialmente a inseminação artificial, empregam adubos químicos, pesticidas e fungicidas etc". (1998, p. 65).

Reconhecer a importância dos autores que tem trabalhado com a agricultura familiar nos dá a convicção da importância também de contrapor estas idéias, assim, os acadêmicos que tem trabalhado com o campesinato tem tentado desmistificar os paradigmas que emergiram no século XXI. Pois, o campesinato tem-se apresentado no país, como uma realidade portadora de um conjunto de características muito variadas. Assim, as características que julgamos fundamentais a sua existência são: 1- A unidade familiar de produção; 2- A produção voltada para subsistência com vínculos mercantis; 3- Algum controle do processo produtivo; 4- O acesso a terra sobre as formas de propriedade e a influência da matriz tecnológica na sua reprodução.

Da extinção ao retorno ao debate teórico do camponês

Teodor Shanin (1983), que afirmou se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje é provável que continuem a existir por muito tempo. Assim, a visão marxista nos remete para a contradição do capital. Pois os motivos que lhes permitem a reprodução são maiores do que as quais os levam a extinção. Nesse sentido, Moura (1988), aponta que se pode falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que de extinção.

O camponês expressa também a contradição do capital. Pois, ao resistirem e de outro lado o capitalismo que não os extingue totalmente, permite a sua reprodução. E isto ocorre, por que o capitalismo não dá conta de absorver toda a massa de produtores. Assim, a manutenção do campesinato remete também as políticas compensatórias do próprio Estado Nacional. E diante desse quadro, lançamos o questionamento: Por que o governo Federal ao invés de distribuir cartão para que famílias carentes possam adquirir alimentos para se alimentar, não implementa políticas que lhes permitam produzir os seus próprios alimentos.

Considerações Finais

Esta pesquisa vem demonstrando que os assentados demonstram consciência de classe e luta, identificando-se com a categoria camponesa, negando assim que esta categoria tenha se extinguido pela expansão capitalista e o MST vem demonstrando que é possível sim lutar contra o capital. Em nossa pesquisa de campo temos observado que a propriedade é mantida pela família, demonstrando a importância da família nas atividades rurais e se constitui um exemplo para os filhos que resistem a deixar o campo e ir para a cidade, pois a tradição agrícola é um elemento importante.

O marxismo ortodoxo aponta que o campesinato desapareceria com o desenvolvimento do capital sobre a agricultura. O campesinato não vende a sua força de trabalho, mas também não vive da exploração do trabalho de outro. No estabelecimento do camponês não é mais importante a lucratividade e sim o consumo familiar assegurando, o que certamente diminuirá a unidade adicional de trabalho. O volume de atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e não do número de trabalhadores. Assim, a perspectiva da sua extinção não se confirmou e continua presente na atual sociedade, sendo recriada principalmente através do MST.

Esta pesquisa está ainda em sua fase inicial o que demonstra que a pesquisa de campo poderá trazer muitas revelações que corroboram com os objetivos deste trabalho que é provar que a produção camponesa é viável e que esta categoria que foi chamada por Marx de saco de batatas pode parar em pé. Porém, estas análises, elucidam a tomada de consciência por parte das lideranças do MST Nacional, no por que desde o início este Movimento não se autodenominou em um movimento camponês. E a explicação está na leitura equivocada de que se trata de uma categoria restrita a academia, mas esta discussão deve sair das Universidades e ser debatida com a sociedade.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª Ed. Campinas: Hucitec/Anpocs/Ed. Unicamp. 1998.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925). 1974.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. Inédito. 2003.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). As lógicas produtivas In **A agricultura camponesa: comparação internacional**. Trad. Frédéric Bazin. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova cultural, (1989) 1985.

MARTINS, J. Souza. **O poder do atraso Ensaio de Sociologia da História Lenta**. 2ª. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Reforma agrária o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp. 2000.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 6ª Ed. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª Ed. São Paulo: Ática. 1988.

NEVES, Delma P. **A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional**. Inédito. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. 2003. mimeo.

SHANIN, Teodor. *La classe incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo* (Rússia 1910-1923) Madrid: Alianza Editorial, 1983.

VEIGA, J. Eli. *O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec.

_____. Fundamentos do agrorreformismo IN *A questão agrária hoje*. Porto alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994.